

INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 08, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre os procedimentos contábeis para o reconhecimento e mensuração dos créditos a receber, exceto os oriundos de receitas tributárias e de contribuições, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA E CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), e

considerando o disposto no inciso XXVII do art. 2º da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), que inclui, entre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, a normatização e padronização, e ou revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) 01, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC -, que trata da Receita de Transação sem Contraprestação;

considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) 02, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC -, que trata da Receita de Transação com Contraprestação;

considerando os Procedimentos Contábeis Patrimoniais estabelecidos na Parte II do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP -, aprovado pela Portaria nº 840, de 21 de dezembro de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

considerando os prazos-limite estabelecidos no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, do Secretário do Tesouro Nacional; e

considerando o disposto no art. 1º do [Decreto Estadual nº 48.344, de 6 de setembro de 2011](#), que determina aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta da Administração Pública do Estado a adoção dos critérios e procedimentos contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo CFC, e no MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional;

EXPEDE a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º -Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos contábeis a serem adotados no âmbito do Setor Governamental do Estado, a partir do exercício de 2017, relativos ao reconhecimento e mensuração dos créditos a receber, exceto os oriundos de receitas tributárias e de contribuições, bem como dos respectivos encargos e ajustes para perdas.

Art. 2º -Os créditos a receber devem ser reconhecidos pelo regime de competência, quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços associados à transação fluirão para a entidade, e que esses benefícios possam ser mensurados confiavelmente.

§ 1º -O valor recebido antes da ocorrência do fato gerador do crédito a receber deve ser reconhecido como passivo. A variação patrimonial aumentativa decorrente do recebimento antecipado deve ser reconhecida quando de seu acontecimento.

§ 2º -Em transações com contraprestação onde as entregas sejam efetuadas em mais de um período, os lançamentos contábeis de reconhecimento dos créditos a receber devem ser feitos proporcionalmente à execução das contrapartidas.

Art. 3º -Quando surgir incerteza acerca do recebimento de valor já considerado como crédito a receber, este deve ser reconhecido em conta de ajuste do respectivo crédito.

Parágrafo único -Os riscos relacionados ao recebimento de créditos deverão ser avaliados com base em critérios estabelecidos pela unidade responsável por sua cobrança e revisados periodicamente, ao menos uma vez ao ano por ocasião do encerramento do exercício,

Art. 4º -Os encargos incidentes sobre créditos não recebidos no devido prazo, como juros e multa, devem ser reconhecidos pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.

Art. 5º -A CAGE disponibilizará um guia de lançamentos contábeis para o registro das operações mencionadas nesta Instrução Normativa, constante no Manual de Procedimentos Contábeis - CAGE, disponível em endereço eletrônico.

Art. 6º -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DOE de 28/12/2016

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,
Subsecretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado.